



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA - PB

NÍVEL SUPERIOR

ADVOGADO

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

“Teus prados floridos a todos seduz, a tua altitude reflete mais luz”

INSTRUÇÕES:

- 01** Verifique se este caderno de provas contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo Português de **01 a 15**, Raciocínio Lógico de **16 a 25** e Conhecimentos Específicos de **26 a 40**.
- 02** Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 03** Verifique se os dados existentes na Folha de Respostas conferem com os dados do Cartão de Inscrição.
- 04** Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- 05** É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
- 06** Assine a **Lista de Presença** e entregue ao Fiscal de Sala a **Folha de Respostas** devidamente assinada, bem como o **Caderno de Prova**.



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o Texto I e responda às questões de 1 a 10:

Texto I

Mulheres devem ser maioria entre médicos no País já a partir deste ano

Segundo CFM, médicas são 49,92% dos profissionais e ligeira vantagem masculina deve acabar neste ano; desde 2009, elas lideram entre egressos de cursos de Medicina

Elas representam mais de 49% dos profissionais em atuação no Brasil. Na cidade de São Paulo, já são maioria.

O número de mulheres médicas já é quase metade do total de profissionais no Brasil e elas devem superar a quantidade de homens e se tornar maioria na profissão ainda neste ano, conforme a nova edição do estudo Demografia Médica, divulgada hoje pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Segundo a pesquisa, que reúne dados atualizados até janeiro deste ano, mulheres representam hoje 49,92% dos profissionais, enquanto os homens são 50,08% do total. Em 1990, só 30% dos médicos no País eram do sexo feminino.

Há localidades do País em que as médicas já são maioria, como na cidade de São Paulo, onde elas representam 51,04% da força de trabalho da profissão, com 39.721 profissionais.

Segundo o CFM, a ligeira vantagem masculina ainda existente no cenário nacional deverá ser superada neste ano porque, desde 2009, as mulheres são maioria entre as egressas das faculdades de Medicina. Entre os profissionais com menos de 40 anos, elas já são maioria (58%). E só considerando os médicos que ingressaram no mercado em 2023, 60% eram do sexo feminino. “A minha turma da faculdade era composta majoritariamente por mulheres. De 40 alunos, só 7 eram homens”, conta a clínica-geral Laura Gomes Flores, que se formou em 2019.

Especialistas e representantes da categoria destacam que a mudança no perfil dos médicos brasileiros traz repercussões também para os pacientes. No estudo divulgado, o CFM ressalta que a evolução na composição de gênero na Medicina “traz consigo novas perspectivas e abordagens para o atendimento à saúde”.

Quanto às áreas de especialização, embora o País esteja atingindo um equilíbrio de gênero no número total de médicos, há especialidades que ainda mantêm amplo predomínio feminino ou masculino.

Estudo de 2023 da Associação Médica Brasileira (AMB) e da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) mostrou que, em dermatologia, pediatria, endocrinologia e alergia e imunologia, as mulheres chegam a mais de 70% dos especialistas. Já em áreas como urologia, ortopedia e neurocirurgia, os homens representam mais de 90% dos profissionais. As especialidades cirúrgicas, no geral, têm menos de 25% de mulheres entre seus médicos.

Para Lígia Bahia, médica e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a chamada feminização da Medicina é um fenômeno mundial impulsionado pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho como um todo e traz um impacto positivo para o paciente ao elevar o número de profissionais do sexo feminino, que costumam ter mais habilidades relacionais, como a empatia. “Mulheres são dedicadas, costumam privilegiar a solidez e a qualidade do trabalho em detrimento da competição e valores elevados de remuneração. A presença feminina costuma ser acompanhada por compromisso e maior tempo de permanência com os pacientes”, diz a especialista.

Para o CFM, o cenário “desafia as estruturas tradicionais e as normas de gênero na Medicina, abrindo caminho para um ambiente mais inclusivo e diversificado” e “pode servir como um catalisador para abordar questões mais amplas de equidade de gênero no setor de saúde”.

Fonte: CAMBRICOLI, Fabiana. Mulheres devem ser maioria entre médicos no País já a partir deste ano. **O Estado de S. Paulo**, ano 145, n. 47655, 8 abr. 2024. Metrópole, p. A12. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s-paulo/20240408/page/12>. Acesso em: 08 abr. 2024, com adaptações.

1ª QUESTÃO

Considerando as ideias apresentadas e os sentidos autorizados pelo Texto I, analise as assertivas abaixo.

- I- Do ponto de vista da distribuição quantitativa, as mulheres representam a maior força de trabalho entre os profissionais médicos em atuação no Brasil.
- II- O número de mulheres nas especialidades urológicas, ortopédicas e neurocirúrgicas está aquém do número de homens.
- III- A chamada feminização da Medicina é um fenômeno particular do Brasil, haja vista a distinta proporção entre profissionais do sexo masculino e profissionais do sexo feminino.
- IV- No fragmento “A minha turma da faculdade era composta majoritariamente por mulheres” (5º§), o termo “majoritariamente” pode ser substituído sem alteração de sentido por “mormente”.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e IV.
- b) I, II e IV.
- c) III e IV.
- d) II e III.
- e) I e III.

2ª QUESTÃO

Analise as assertivas consoante as ideias e os propósitos comunicativos do Texto I.

- I- O texto defende a ideia de que as mulheres estão se tornando maioria entre os médicos no Brasil, o que representa uma mudança significativa no perfil da profissão.
- II- O objetivo do texto é informar sobre a mudança no perfil dos médicos no Brasil, destacando o aumento da presença feminina na profissão e suas repercussões.
- III- O texto fornece dados e análises sobre a feminização da Medicina, apontando para a iminência das mulheres se tornarem minoria entre os médicos no país.
- IV- O texto pode estimular reflexões sobre questões de equidade de gênero no campo da saúde e em outros setores da sociedade.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I e IV.
- d) I, II, e IV.
- e) I, II e III.

3ª QUESTÃO

Assinale a alternativa que funciona como argumento de autoridade na construção argumentativa do Texto I.

- a) “em dermatologia, pediatria, endocrinologia e alergia e imunologia, as mulheres chegam a mais de 70% dos especialistas” (8º§).
- b) “Segundo a pesquisa, que reúne dados atualizados até janeiro deste ano, mulheres representam hoje 49,92% dos profissionais” (3º§).
- c) “As especialidades cirúrgicas, no geral, têm menos de 25% de mulheres entre seus médicos” (8º§).
- d) “Mulheres são dedicadas, costumam privilegiar a solidez e a qualidade do trabalho em detrimento da competição e valores elevados de remuneração” (9º§).
- e) “Há localidades do País em que as médicas já são maioria, como na cidade de São Paulo, onde elas representam 51,04% da força de trabalho da profissão, com 39.721 profissionais” (4º§).

4ª QUESTÃO

A oração “desde 2009, as mulheres são maioria entre as egressas das faculdades de Medicina” (5º§) pode ser reorganizada, com correção gramatical e atenção à delimitação dos constituintes oracionais, em:

- I- As mulheres, são maioria entre as egressas das faculdades de Medicina desde 2009.
- II- As mulheres, desde 2009, são maioria entre as egressas das faculdades de Medicina.
- III- As mulheres são maioria entre as egressas das faculdades de Medicina desde 2009.
- IV- As mulheres desde 2009, são maioria entre as egressas das faculdades de Medicina.

Está mantida a correção gramatical e a adequada delimitação dos constituintes oracionais em:

- a) III e IV apenas.
- b) II e III apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II e III apenas.
- e) II e IV apenas.

5ª QUESTÃO

Releia o fragmento extraído do Texto I e analise as assertivas apresentadas em sequência.

“Mulheres devem ser maioria entre médicos no País já a partir deste ano

Segundo CFM, médicas são 49,92% dos profissionais e ligeira vantagem masculina deve acabar neste ano; desde 2009, elas lideram entre egressos de cursos de Medicina

Elas representam mais de 49% dos profissionais em atuação no Brasil. Na cidade de São Paulo, já são maioria”.

- I- Os termos “mulheres” e “médicas” constituem uma cadeia coesiva em torno do tema central do texto.
- II- A repetição do termo “elas”, mencionado no fragmento duas vezes, é um recurso linguístico inadequado, haja vista que provoca repetição desnecessária.
- III- O emprego do termo “elas” constitui uma retomada pronominal importante na recuperação de termos já mencionados.
- IV- O emprego do termo “elas” constitui uma retomada por hipônimo, ou seja, de um termo geral para um específico, recurso que colabora para a interligação das partes do texto.
- V- No fragmento “Na cidade de São Paulo, já são maioria”, há uma elipse do referente, recurso coesivo também importante na construção textual.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e V.
- d) II, III, IV e V.
- e) I, III e V.



6ª QUESTÃO

Observe o emprego das vírgulas no fragmento “Para Lígia Bahia, médica e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a chamada feminização da Medicina é um fenômeno mundial impulsionado pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho” (9º§) e analise as assertivas.

- I- As vírgulas foram empregadas de modo adequado para isolar o aposto “médica e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”.
- II- As vírgulas foram empregadas de modo adequado para separar elementos que exercem a mesma função sintática.
- III- As vírgulas foram empregadas de modo inadequado, já que não se deve separar sujeito e verbo.
- IV- As duas vírgulas poderiam ser substituídas por travessão.
- V- Apenas a primeira vírgula poderia ser substituída por travessão.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) I e V.
- c) II e IV.
- d) II e V.
- e) III.

7ª QUESTÃO

Analise os dois fragmentos abaixo e analise as assertivas que seguem.

- I- “O número de mulheres médicas já é quase metade do total de profissionais no Brasil e elas devem superar a quantidade de homens e se tornar maioria na profissão ainda neste ano” (2º§).
- II- “Segundo a pesquisa, que reúne dados atualizados até janeiro deste ano, mulheres representam hoje 49,92% dos profissionais.” (3º§).

É CORRETO o que se afirma em:

- a) as assertivas I e II são constituídas por relação de coordenação.
- b) há, pelo menos, uma relação de subordinação na assertiva I.
- c) há, pelo menos, uma relação de coordenação na assertiva II.
- d) as assertivas I e II são constituídas por relação de subordinação.
- e) há, pelo menos, uma relação de coordenação na assertiva I.

8ª QUESTÃO

Leia o excerto e analise as assertivas que seguem:

“O número de mulheres médicas já é quase metade do total de profissionais no Brasil e elas devem superar a quantidade de homens e se tornar maioria na profissão ainda neste ano, conforme a nova edição do estudo Demografia Médica, divulgada hoje pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).” (2º§).

- I- O termo “conforme” pode ser substituído sem alteração de sentido pelo termo “consoante”, mas não pode ser substituído pelo termo “segundo”.
- II- Na oração “elas devem superar a quantidade de homens”, o pronome “elas” é empregado como um recurso anafórico, já que retoma um termo anterior.
- III- Embora a conjunção “e” seja classificada como uma conjunção aditiva, está sendo empregada com valor adversativo.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II apenas.
- b) I apenas.
- c) III apenas.
- d) II apenas.
- e) I, II e III.

**9ª QUESTÃO**

Leia o fragmento e avalie as assertivas que seguem:

“Há localidades do País em que as médicas já são maioria, como na cidade de São Paulo, onde elas representam 51,04% da força de trabalho da profissão, com 39.721 profissionais” (4º§).

- I- Substituindo o verbo “haver” pelo verbo “existir”, o verbo “existir” não será flexionado.
- II- Substituindo o verbo “haver” pelo verbo “existir”, a forma verbal adequada é “existem”.
- III- A forma verbal “representam” poderia ser substituída pela forma “representa”, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II apenas.
- b) I apenas.
- c) III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I, II e III.

10ª QUESTÃO

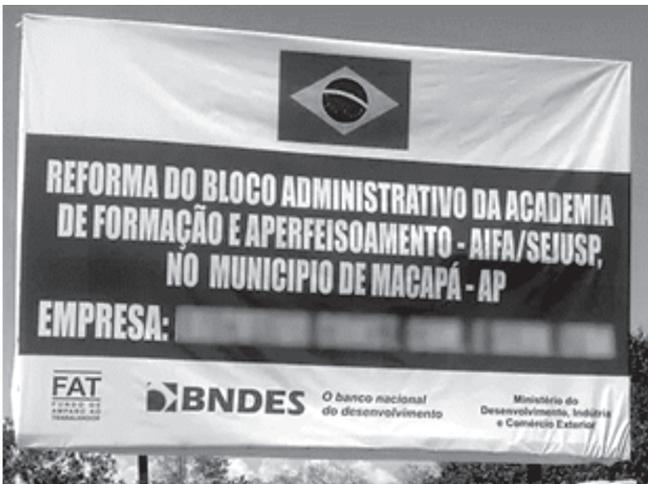
Substituindo “personagens” por “personagem” e “pai” por “pais”, o fragmento “No conto lido, as **personagens** estão passando por um momento difícil em sua vida financeira. O **pai** tem dívidas com credores, mas encara seus problemas com otimismo e criatividade” recebeu nova redação, em consonância com as regras de concordância verbal e nominal prescritas pela gramática normativa, em:

- a) No conto lido, a personagem está passando por um momento difícil em sua vida financeira. Os pais tem dívidas com credores, mas encara seus problemas com otimismo e criatividade.
- b) No conto lido, a personagem está passando por um momento difícil em sua vida financeira. Os pais têm dívidas com credores, mas encaram seus problemas com otimismo e criatividade.
- c) No conto lido, as personagem estão passando por um momento difícil em sua vida financeira. Os pais têm dívidas com credores, mas encaram seus problemas com otimismo e criatividade.
- d) No conto lido, as personagem está passando por um momento difícil em sua vida financeira. O pai têm dívidas com credores, mas encaram seu problema com otimismo e criatividade.
- e) No conto lido, a personagem está passando por um momento difícil em sua vida financeira. Os pais tem dívidas com credores, mas encaram seus problemas com otimismo e criatividade.

Leia o Texto II e responda às questões de 11 a 13:

Texto II**Placa com erro ortográfico em obra pública chama atenção de internauta**

Uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA), em Macapá, tem chamado a atenção por um erro ortográfico [...]. O erro está na placa que indica os serviços de reforma e ampliação no bloco administrativo do local, que fica às margens da Rodovia Duca Serra, no bairro Marabaixo, Zona Oeste da capital. A AIFA é administrada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a obra é executada com recursos federais.



Fonte: Pacheco, John. Placa com erro ortográfico em obra pública chama atenção de internauta. G1. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/11/placa-com-erro-ortografico-em-obra-publica-chama-atencao-de-internauta.html?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1. Acesso em: 22 mar. 2024, com adaptações.

**11ª QUESTÃO**

Analise as assertivas abaixo a respeito do Texto II:

- I- Há um desvio ortográfico na grafia do termo “aperfeisoamento”, escrita com “s” em vez de “aperfeiçoamento”, grafado com “cê-cedilha”.
- II- Há um desvio ortográfico na grafia do termo “aperfeisoamento”, escrita com “s” em vez de “aperfeissoamento”, grafado com “ss”.
- III- Há um desvio ortográfico na grafia do termo “empresa”, escrita com “s” em vez de “empreza”, grafado com “z”.
- IV- O termo “administrativo” deveria ter recebido acentuação gráfica.
- V- O termo “município” deveria ter recebido acentuação gráfica.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I e V.
- d) II e V.
- e) I e III.

12ª QUESTÃO

Assinale a alternativa que apresenta a relação adequada entre o termo destacado no fragmento e a classe de palavras correspondente:

- a) “O erro está na **placa** que indica os serviços de reforma e ampliação no bloco administrativo do local” (1º§) – adjetivo.
- b) “Uma placa afixada **na** entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento” (1º§) – pronome.
- c) “A AIFA **é** administrada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública” (1º§) – verbo.
- d) “a obra é executada **com** recursos federais” (1º§) – interjeição.
- e) “Placa com erro ortográfico em obra **pública** chama atenção de internauta” (título) – numeral.

13ª QUESTÃO

Observe o excerto abaixo:

“Uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA), em Macapá, tem chamado a atenção por um erro ortográfico”.

Assinale a alternativa que apresenta uma nova possibilidade de pontuação e reestruturação dos constituintes oracionais:

- a) Em Macapá, uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA), tem chamado a atenção por um erro ortográfico.
- b) Em Macapá, uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA) tem chamado a atenção por um erro ortográfico.
- c) Em Macapá uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA), tem chamado a atenção por um erro ortográfico.
- d) Uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA), em Macapá tem chamado a atenção por um erro ortográfico.
- e) Uma placa afixada na entrada da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (AIFA) em Macapá, tem chamado a atenção por um erro ortográfico.



14ª QUESTÃO

Observe as placas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

PLACA A:



Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/16262992>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PLACA B:



Disponível em: <https://www.qualiseditora.com/post/2018/03/23/dicas-de-ortografia-11-placas-com-erros-de-ortografia>. Acesso em: 20 abr. 2024.

- a) O acento indicativo da crase deveria ter sido empregado em ambas as placas, em razão de justificativas distintas.
- b) O acento indicativo de crase na placa A se justifica em razão da junção da preposição requerida pelo termo “reduza” com o artigo definido que precede o termo “velocidade”.
- c) O acento indicativo da crase deveria ter sido empregado em ambas as placas, em razão da mesma justificativa.
- d) O acento indicativo da crase não deve ser empregado em nenhuma das placas, haja vista que inexistente motivação para o emprego do sinal indicativo da crase em ambos os casos.
- e) O acento indicativo de crase deveria ter sido empregado na placa B, já que “a frente” é uma expressão adverbial feminina.

15ª QUESTÃO:

Observe o *post* a seguir e analise as assertivas que seguem.



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C50116aL-ed/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

- I- A posição do pronome oblíquo átono no início da oração, conforme apresentado no *post*, é um exemplo de uma interdição normativa.
- II- Há, na placa apresentada no *post*, um caso de ênclise, quando o pronome está anteposto ao verbo.
- III- Apesar de ser uma interdição normativa, o uso do pronome oblíquo átono no início da oração reflete um uso bastante comum na fala dos brasileiros em situações informais.
- IV- Apesar de ser uma interdição normativa, o uso do pronome oblíquo átono no início da oração é admitido em situações comunicativas de baixo nível de formalidade, como conversas em família e entre amigos.
- V- O uso do pronome oblíquo átono em posição inicial não é admitido na língua portuguesa em hipótese alguma, razão pela qual é um fenômeno que quase não se percebe na fala dos brasileiros.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II, III e IV.
- b) I, II e V.
- c) I, III e IV.
- d) III e V.
- e) V.



RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO

Qual a contrapositiva da proposição condicional P: “Se como doce, não almoço”?

- a) Se almoço, então como doce.
- b) Se não almoço, então como doce.
- c) Se não como doce, então almoço.
- d) Se almoço, então não como doce.
- e) Se como doce, então almoço.

17ª QUESTÃO

Considere os conjuntos $A = \{0, 3, 6, 9, 12, 15, 18\}$, $B = \{0, 2, 4, 6, 8, 10\}$ e $C = \{5, 10, 15, 20\}$. Qual o resultado de $(C - A) \cap (C - B)$?

- a) $\{5, 7, 9, 8\}$.
- b) $\{0, 6\}$.
- c) $\{5, 20\}$.
- d) $\{-5, 8, 11, 14\}$.
- e) $\{2, 3, 5\}$.

18ª QUESTÃO

Ana tem dois filhos: Mateus e Marta. Sabe-se que:

- I- A soma das idades de Ana, Mateus e Marta totaliza 63 anos.
- II- Quando Marta nasceu, Ana estava com 33 anos de idade.
- III- Em 6 anos, Mateus terá o dobro da idade de Marta.

Qual a idade de Ana, quando Mateus nasceu?

- a) 25 anos.
- b) 19 anos.
- c) 30 anos.
- d) 18 anos.
- e) 21 anos.

19ª QUESTÃO

Qual o valor do produto dos próximos dois termos da sequência 1, 4, 3, 6, 5, 8, 7, 10, ...?

- a) 98.
- b) 108.
- c) 156.
- d) 72.
- e) 116.

RASCUNHO

**20ª QUESTÃO**

Considere a tabela verdade a seguir:

p	q	r	$(q \vee \sim r) \rightarrow (\sim(\sim p \rightarrow q) \wedge r)$
V	V	V	V
V	V	F	F
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	F
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	F

Qual a sequência de valores omitidos na última coluna da tabela verdade, de cima para baixo?

- a) VFVF.
- b) FVVF.
- c) FVVF.
- d) VFFV.
- e) VFFF.

21ª QUESTÃO

Sejam p, q e r proposições simples.

Quais os respectivos valores lógicos das proposições compostas P: $p \vee (q \wedge r)$, Q: $p \rightarrow q$ e R: $(p \vee q) \rightarrow \sim r$, sabendo que a proposição S: $q \rightarrow \sim r$ é falsa?

- a) P e Q são verdadeiras e R é falsa.
- b) P, Q e R são verdadeiras.
- c) P e R são verdadeiras e Q é falsa.
- d) Q e R são verdadeiras e P é falsa.
- e) P, Q e R são falsas.

22ª QUESTÃO

Considere a proposição P: “Se vou à praia ou à chácara, então não vou de bicicleta”.

Quantas linhas há na tabela verdade da Proposição P?

- a) 8.
- b) 4.
- c) 16.
- d) 32.
- e) 64.

RASCUNHO

23ª QUESTÃO

A música “Me deixa em Paz”, de Monsueto e Airton Amorin, contém os seguintes versos: “Se você não me queria/Não devia me procurar/ Não devia me iludir/ Nem deixar eu me apaixonar”. Quantas proposições simples há neste trecho da canção?

- a) 8.
- b) 5.
- c) 6.
- d) 7.
- e) 4.

24ª QUESTÃO

Considere as proposições:

P: Caio é paraibano ou Miguel é potiguar.

Q: Marta é pernambucana e Caio é paraibano se, e somente se, Carol não é baiana.

R: Se Carol é baiana, então Marta não é pernambucana.

Sabendo que P e Q são verdadeiras e R é falsa, pode-se concluir que:

- I- Caio é paraibano.
- II- Miguel é potiguar.
- III- Marta é pernambucana.
- IV- Carol é baiana.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) III e IV.

25ª QUESTÃO

Marta, Pedro e Carol são amigos e estão organizando uma viagem com suas famílias. Para escolher o local da viagem, eles levam em consideração que os três, juntos, têm 6 filhos, 6 gatos e 3 cachorros. Ademais, sabe-se que:

- I- Uma pessoa tem três filhos e dois cachorros.
- II- Marta, Pedro e Carol têm três animais cada.
- III- Carol tem tantos filhos quanto cachorros.
- IV- Marta tem mais filhos que Pedro e Carol.

Com base nas informações acima, é CORRETO afirmar que:

- a) Carol não tem filhos.
- b) Pedro tem 2 filhos.
- c) Marta não tem cachorros.
- d) Pedro tem apenas um gato.
- e) Carol tem 3 cachorros.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

Sobre o tema da advocacia pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para que o ato processual praticado por advogado público investido em cargo efetivo de Procurador Municipal tenha validade, faz-se essencial a juntada de procuração nos autos.
- b) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil nos exames orais, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- c) De acordo com o entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, ofende a Constituição Federal norma estadual que obriga os Municípios a editarem norma local para a criação de Procuradoria própria, por representar afronta à prerrogativa de sua auto-organização.
- d) Nos termos da jurisprudência fixada pelo STF, orientada pelo princípio da simetria constitucional, necessariamente, o cargo de Procurador-Geral do Estado é de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, razão pela qual se considera inconstitucional norma estadual que obrigue o chefe do Poder Executivo a escolhê-lo, exclusivamente, entre os membros da carreira.
- e) A Constituição Federal estabelece como teto do funcionalismo municipal o subsídio do prefeito, o qual é aplicável também aos procuradores municipais.

27ª QUESTÃO

Com relação à Administração Pública, marque a alternativa que está CORRETA.

- a) Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressupõe rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.
- b) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, mesmo quando deles se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, na maioria dos casos, a apreciação judicial.
- c) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a CF.
- d) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- e) Ressalvados os casos especificados na legislação e as alienações, os serviços e compras serão contratados mediante processo de licitação pública, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

28ª QUESTÃO

Considerando a temática que envolve os atos e processos administrativos, marque a alternativa CORRETA.

- a) Dentre os atributos do ato administrativo, podemos citar o da autoexecutoriedade, o qual confere à Administração Pública o poder de agir de imediato, em regra, sem a necessidade de determinação judicial. Do mesmo modo, o atributo da imperatividade ou coercibilidade dispõe que a administração pode impor obrigações a terceiros em razão da supremacia do interesse público sobre o privado.
- b) Os atos administrativos são manifestações unilaterais da Administração Pública, dependendo unicamente de sua vontade ou de particulares que estejam exercendo prerrogativas públicas, sendo certo que os elementos do ato administrativo são os seguintes: a) Sujeito competente ou Competência; b) Forma; c) Finalidade; d) Motivo; e) Objeto ou conteúdo e f) Presunção de Legitimidade.
- c) É classificado como excesso de poder o vício de finalidade praticado por sujeito que tem a competência legal para a prática de alguns atos, mas excede estes limites. Entretanto, é sempre possível a convalidação do ato, se a autoridade competente ratificar o ato da autoridade incompetente e os seus efeitos são *ex nunc*.
- d) De acordo com a Lei do Processo Administrativo, o mesmo é regido pelos seguintes princípios exaustivos: legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público.
- e) Por poderem ser escritos, em vernáculo, os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

29ª QUESTÃO

A Nova Lei de Licitações entrou em vigor revogando diversas normas que versavam sobre o tema, de modo que é CORRETO o que se afirma em:

- a) Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, desde que seja garantida a elaboração de projetos.
- b) De acordo com a nova lei de licitações, o procedimento será conduzido por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou pertencentes aos cargos em comissão, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar apenas as atividades necessárias ao bom andamento do certame, excluindo-se a homologação.
- c) Repactuação é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.
- d) No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados sempre de forma combinada:
 - I- composição de custos globais menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - II- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 2 (dois) anos anteriores à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
 - III- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
 - IV- pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 12 (doze) meses de antecedência da data de divulgação do edital.
- e) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

30ª QUESTÃO

Sabendo que o advogado público deve dominar o tema dos recursos cíveis, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Contra decisão proferida pelo relator, caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação por maioria, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e dez por cento do valor atualizado da causa.
- b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, desde participada dos seus pares, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação.
- c) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- d) As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- e) O órgão julgador não conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno por ser considerado erro grosseiro, não lhe sendo aplicável o princípio da instrumentalidade das formas.

31ª QUESTÃO

Sobre o cumprimento de sentença e a execução, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
- b) São títulos executivos judiciais as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa; o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante; a sentença estrangeira homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo pagamento voluntário no respectivo prazo, o débito será acrescido de multa de até dez por cento a título de honorários de advogado. A referida multa é aplicável à Fazenda Pública
- d) Por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 3 (três) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.
- e) A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, mesmo que a pendência do processo não tenha sido averbada no respectivo registro público.

32ª QUESTÃO

Em recente mudança na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, foram introduzidos diversos institutos voltados à Administração Pública. Desse modo, a afirmativa CORRETA é:

- a) Nas esferas administrativa e judicial, excetuando-se a controladora, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
- b) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. Os respectivos instrumentos terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.
- c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, em prejuízo dos direitos dos administrados, decorrente supremacia do interesse público. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, dispensando-se os antecedentes do agente.
- d) Observando o princípio da indisponibilidade pública, o administrador público deve prescindir de regime de transição, nas decisões administrativa, controladora ou judicial, que estabeleça interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, de modo que seria ilegal o cumprimento do direito de forma proporcional e equânime.
- e) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo autorizado que, com base em mudança posterior de orientação geral, declarem-se inválidas situações plenamente constituídas. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, excluindo-se as adotadas por prática administrativa ainda que reiterada e de amplo conhecimento público.

33ª QUESTÃO

Quanto às disposições do Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução, de modo que a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada, razão pela qual a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes o dolo, excluindo-se a culpa.
- c) Conforme previsão expressa, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, não podem ser regidas, quanto ao seu funcionamento, pelas normas constantes no Código Civil.
- d) Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu, podendo, de acordo com a preferência do juiz, a indenização ser arbitrada e paga de uma só vez.
- e) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. A indenização deverá ser na extensão exata do dano, mesmo que prejudique as pessoas que dele dependam.

34ª QUESTÃO

Quanto às disposições relativas ao Sistema Tributário Nacional inseridas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, marque a alternativa CORRETA.

- a) Cabe à lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- b) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Já o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- c) Compete aos Estados instituir impostos sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- d) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pela Casa da Moeda.
- e) Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com alíquota padronizada para todos os entes federativos.

35ª QUESTÃO

Quanto às disposições relativas ao Sistema Tributário Nacional inseridas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, marque a alternativa CORRETA.

- a) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Quanto à lei que instituir o plano plurianual, estabelecerá de forma padronizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital.
- b) A lei orçamentária é anual, estando prevista no art. 165, § 5º da Constituição Federal, o que impede a existência de planos orçamentários plurianuais, devendo os projetos serem programados sempre no período de um exercício financeiro.
- c) Cabe à lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- d) É facultativa a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) para as emendas de Deputados e 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) para as de Senadores, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos em lei complementar.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

36ª QUESTÃO

O processo do trabalho possui regramentos específicos, sobre os quais está CORRETA a seguinte informação:

- a) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. No entanto, os honorários são indevidos nas ações contra a Fazenda Pública por expressa previsão legal.
- b) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de três anos e sua fluência tem como marco inicial a inércia do exequente por qualquer motivo.
- c) É inaplicável ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no Código de Processo Civil, tendo em vista que há procedimento próprio na CLT.
- d) De acordo com a CLT, aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao título da execução, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.
- e) As nulidades deverão ser declaradas de ofício. Porém, também cabe a provocação das partes, as quais deverão suscitá-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos, sob pena de preclusão.

37ª QUESTÃO

Sobre as Súmulas e as Orientações Jurisprudenciais do TST relativas à Administração Pública, marque a alternativa CORRETA:

- a) Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT (equiparação), só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, incluído nessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.
- b) Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula nº 363 do TST, se requeridas.
- c) Não se convalidam os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.
- d) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional. Contudo, os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem solidariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei de Licitações, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
- e) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional e os empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista são beneficiários da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

38ª QUESTÃO

Sobre a Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Araruna, é CORRETO afirmar que:

- a) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. A Fazenda Pública promoverá ação regressiva quando for condenada em virtude de dano causado por servidor a terceiro. Os sucessores do servidor não estão obrigados a reparar o dano após a morte deste.
- b) A jornada máxima semanal de trabalho é de quarenta e quatro horas, respeitada duração mínima e máxima de seis e oito horas diárias, respectivamente.
- c) Três meses antes de findo o período do estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor será submetida à decisão da autoridade competente, inclusive para os efeitos legais subsequentes.
- d) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica do Governo do Estado declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria ou no interesse da Administração, desde que cumulativamente o servidor a tenha solicitado, a aposentadoria tenha sido compulsória, estável, a aposentadoria tenha ocorrido nos três anos anteriores à solicitação e haja cargo vago.
- e) Entre outros casos graves, a pena de demissão será aplicada quando o servidor praticar crime contra a Administração Pública, abandonar o cargo, não mantiver assiduidade habitual, cometer ato de improbidade administrativa, proceder com incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.

39ª QUESTÃO

Segundo previsão expressa na Lei Orgânica do Município de Araruna, a alternativa que apresenta com exatidão as matérias a serem tratadas por meio de lei complementar são:

- a) Código Tributário Municipal, Código de Posturas, Código de Zoneamento, Código de Parcelamento do Solo, Regime Jurídico dos Servidores, De Diretrizes Básicas dos Órgãos Municipais.
- b) Código Tributário Municipal, Código de Obras ou de Edificações, Código de Zoneamento, Código de Parcelamento do Solo, Plano Diretor, De Diretrizes Básicas dos Órgãos Municipais.
- c) Código Tributário Municipal, Código de Obras ou de Edificações, Código de Posturas, Código de Zoneamento, Código de Parcelamento do Solo, Plano Diretor, Regime Jurídico dos Servidores, De Diretrizes Básicas dos Órgãos Municipais.
- d) Código Tributário Municipal, Código de Obras ou de Edificações, Código de Posturas, Código de Zoneamento, Plano Diretor, Regime Jurídico dos Servidores.
- e) Código Tributário Municipal, Código de Obras ou de Edificações, Código de Parcelamento do Solo, Plano Diretor, Regime Jurídico dos Servidores, De Diretrizes Básicas dos Órgãos Municipais.



40ª QUESTÃO

De acordo com os preceitos contidos no Código Tributário do Município de Araruna, marque a alternativa CORRETA.

- a) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS tem como fato gerador a prestação dos serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003. Entretanto, o fato gerador do imposto não se verifica quando os serviços prestados não se constituam como atividade preponderante do contribuinte.
- b) Os contribuintes que, mesmo depois do início de qualquer procedimento fiscal administrativo, procurarem espontaneamente a repartição fiscal para sanar irregularidades serão atendidos independentemente de penalidades.
- c) Se o autuado reconhecer a procedência do Auto de Infração, decorrente de procedimento administrativo tributário, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor da multa será reduzida de 50% (cinquenta por cento).
- d) Caso o autuado, ao reconhecer a procedência do Auto de Infração dentro do prazo para apresentação de defesa, ingresse, junto ao Departamento de Administração Tributária, com pedido de parcelamento da dívida, o valor da multa será reduzido de 25% (vinte e cinco por cento).
- e) Constitui infração toda ação ou omissão que importe na inobservância por parte do sujeito passivo de norma estabelecida na legislação tributária do Município, respondendo pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que concorrerem para a sua prática ou dela se beneficiarem.